

1 **Ata da 2ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no**
2 **ano de 2026, realizada no dia 19 de maio de 2026 (terça-feira), às 14h, no formato online,**
3 com a seguinte **ordem do dia: 1 - Abertura; 2 – Aprovação da ata da 1ª R. O. do CBH-BPSI do**
4 **ano de 2026; 3 – Apresentação da SEAS sobre o Plano Estadual de Segurança Hídrica; 4 –**
5 **Apreciação e votação da minuta de Resolução que trata de fixação da cota-alvo da Lagoa**
6 **Feia (definida pelo GTMC) para o período maio-outubro de 2026; 5 – Apreciação e votação**
7 **do Plano de Comunicação do CBH-BPSI para o período 2027-2028; 6 – Assuntos gerais; 7 –**
8 **Encerramento. Item 1 – Abertura:** Abertura realizada pelo Diretor Presidente, Zenilson
9 Coutinho (Asflucan) em segunda chamada às 14h36, com doze membros titulares presentes.
10 Integrantes da Agevap presentes: Amaro Neto, Antonio Ednaldo, Pedro Flávio e Thaís Nacif.
11 Thaís Nacif realizou a leitura do termo de conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados
12 Pessoais (Lei 13.709/2018). Foi esclarecido que a reunião é pública, gravada, e que os registros
13 institucionais, como a lista de presença e a ata, serão disponibilizados no site oficial do Comitê
14 de Bacia do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana. **Item 2 - Aprovação da ata da 1ª R. O. do CBH-**
15 **BPSI do ano de 2026:** Thaís Nacif apresentou a minuta da ata da primeira reunião ordinária
16 de 2026 para apreciação. Jeferson Fernandes (OAB) solicitou o registro de sua abstenção por
17 não ter participado daquela reunião, justificando que não poderia aprovar ou reprovar um
18 conteúdo ao qual não teve presença. O colegiado aprovou a ata com o registro dessa
19 abstenção. **Item 3 – Apresentação da SEAS sobre o Plano Estadual de Segurança Hídrica:**
20 Samuel Muylaert (SEAS RJ) se apresentou e registrou sua presença e da Helena Zuntini, que é
21 coordenadora de segurança hídrica da SEAS. Foi explicado que o projeto surgiu de um Termo
22 de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2019 e que, após a rescisão do contrato com a
23 empresa em 2023, por resultados insatisfatórios, foi estabelecido um novo arranjo
24 institucional com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 2025 para assegurar a
25 qualidade técnica do plano, com a colaboração do Laboratório de Análise e Controle (LAC), da
26 Escola Politécnica e da Faculdade de Urbanismo e Arquitetura. O valor total do contrato é de
27 R\$ 2.8 milhões, com um horizonte de execução de 33 meses. Foi discutida a transição da
28 gestão de recursos hídricos para a segurança hídrica, focada no enfrentamento de extremos
29 climáticos, como secas prolongadas e cheias, além da segurança de barragens e gestão de
30 riscos. Samuel Muylaert enfatizou que a região do Baixo Paraíba do Sul é central para a
31 segurança hídrica estadual e mencionou projetos críticos, como o das oito comportas e as
32 ações viabilizadas com o apoio do Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento do Vale
33 do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) nas bacias dos rios Pomba e Muriaé. Explicou que o programa
34 é estruturado em três eixos: oferta hídrica, incluindo disponibilidade e demanda, qualidade
35 ambiental contemplando soluções baseadas na natureza e riscos associados à água. Samuel
36 Muylaert informou que, além da construção do PESH, o trabalho engloba a atualização do
37 Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERHI). Atualmente, em maio de 2026, o projeto
38 encontra-se na fase de entrega do primeiro mapeamento, após a aprovação de relatórios
39 anteriores sobre plano de trabalho e levantamento de dados. A metodologia baseia-se na
40 integração de dados secundários existentes de diversas instituições para evitar a necessidade

41 de levantamentos primários em campo. O processo envolve o cruzamento de camadas de
42 informação para desenvolver um índice de segurança hídrica, que permitirá monitorar a
43 vulnerabilidade da região e subsidiar estratégias futuras, incluindo o Modelo Operativo (MOP)
44 para detalhar ações de curto prazo. Samuel Muylaert explicou que a coordenação e revisão
45 técnica do projeto são realizadas pela SEAS e pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA), com
46 o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CTIG) atuando como grupo de acompanhamento.
47 A dinâmica participativa inclui reuniões com Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) e encontros
48 temáticos com setores estratégicos, sendo que duas reuniões já foram realizadas no CTIG, em
49 12 de março e 14 de maio de 2026. Samuel Muylaert detalhou as fases do Programa Estadual
50 de Segurança Hídrica, explicando que a fase um consiste no alinhamento inicial com os nove
51 comitês de bacia. O programa prevê a conclusão do caderno da região Leste nos primeiros 12
52 meses, servindo como modelo para os demais subprodutos, com previsão de diagnóstico e
53 prognóstico para o início de 2027. O planejamento, que inclui as vertentes de oferta hídrica,
54 qualidade ambiental e registros de água, está disponível para consulta no site do Instituto
55 Estadual do Ambiente. Zenilson Coutinho e João Gomes Siqueira questionaram a metodologia
56 do prognóstico em relação aos eventos climáticos extremos. Samuel Muylaert esclareceu que
57 não serão rodadas novas simulações complexas de modelos climáticos, mas sim utilizada uma
58 análise de dados históricos dos últimos 30 anos para projetar tendências, seguindo a lógica do
59 Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio Paraíba do Sul (PIRH-PS). Foi debatida a
60 necessidade de o plano servir como um instrumento indutor de políticas públicas e não apenas
61 como consulta. João Gomes destacou a recorrência de inundações em municípios como
62 Itaperuna a cada dois anos e a necessidade de rever locais de captação de água, como o caso
63 da Cedae. Samuel Muylaert afirmou que dados oficiais de calamidades e eventos extremos
64 são internalizados nos indicadores do Índice de Segurança Hídrica Fluminense. Abdo Gavinho
65 pontuou o problema crítico da intrusão salina em São João da Barra, que afeta a captação de
66 água potável durante o período de seca e reduz a vazão do rio. Samuel Muylaert reconheceu
67 o problema, informando que a questão está mapeada no Plano Estadual de Segurança Hídrica
68 e que existem esforços para viabilizar a mudança do ponto de captação para locais menos
69 vulneráveis. Samuel Muylaert convidou os membros a acompanharem as reuniões da Câmara
70 Técnica de Instrumento de Gestão (CTIG), que são abertas ao público e abordarão temas
71 técnicos do plano nos próximos dois anos. Helga Giovanna apresentou o Plano de Adaptação
72 Climática dos 22 municípios do Norte e Noroeste Fluminense, solicitando a integração e troca
73 de dados com o comitê, o que foi prontamente aceito. **Item 4 – Apreciação e votação da**
74 **minuta de Resolução que trata de fixação da cota-alvo da Lagoa Feia (definida pelo GTMC)**
75 **para o período maio-outubro de 2026:** Thais Nacif apresentou a minuta de resolução que
76 define a cota alvo de 2,20 metros para a Lagoa Feia, referente ao período de seca (1º de maio
77 a 31 de outubro de 2026). Explicou que esta cota foi votada no Grupo de Trabalho de Manejo
78 de Comportas (GTMC). João Gomes ressaltou que a resolução trazida à plenária aumenta a
79 segurança da gestão participativa, permitindo que os 30 membros do comitê tenham
80 consciência e possibilidade de revogar ou debater decisões do grupo de trabalho. Foi sugerido

81 incluir os termos "votada" e "aprovada" na resolução para maior clareza institucional. Jeferson
82 Fernandes sugeriu que, em futuras plenárias, seja realizada uma breve apresentação técnica
83 explicando os motivos da indicação de valores específicos para as cotas, como a de 2,20
84 metros, para incentivar a participação e o entendimento dos membros que não integram o
85 grupo de trabalho. Thais Nacif concordou com a sugestão para as próximas reuniões. Ednaldo
86 Oliveira detalhou o processo de monitoramento realizado pela sala técnica, que compara
87 dados anuais desde 2022 e observa particularidades, como a precarização das comportas,
88 onde a comporta esquerda não fecha totalmente, e problemas de sedimentação no canal da
89 Barra do Furado. Amaro Neto esclareceu que o ano é dividido em dois períodos de seis meses
90 e que a resolução em análise ficaria vigente até 31 de outubro, sendo necessário realizar uma
91 nova reunião do grupo de trabalho até o final de outubro para definir a cota do período
92 chuvoso (novembro a abril). José Armando Barreto reforçou a importância de manter o
93 cronograma atual, garantindo a preparação para o período chuvoso. Após as discussões sobre
94 a metodologia e o monitoramento, a cota de 2,20 metros para a Lagoa Feia foi colocada em
95 votação e aprovada por unanimidade pela plenária. **Item 5 – Apreciação e votação do Plano**
96 **de Comunicação do CBH-BPSI para o período 2027-2028:** Thais Nacif apresentou o plano de
97 atividades de comunicação do comitê para o biênio 2027-2028, com o objetivo de fortalecer
98 a imagem institucional, ampliar a visibilidade das ações, promover a transparência e estimular
99 a participação social. O plano mantém a estrutura de metas, indicadores e responsáveis,
100 priorizando a comunicação digital e a linguagem acessível. Thais Nacif detalhou que o público-
101 alvo das ações de comunicação inclui a população dos municípios da Região Hidrográfica IX
102 (RH IX), instituições públicas e privadas, comitês de bacia, instituições de ensino e pesquisa,
103 sociedade civil organizada, além de estudantes e público jovem. Os canais utilizados para essas
104 interações compreendem o site institucional, redes sociais, canais de imprensa, eventos
105 realizados, materiais gráficos, e-mail institucional e o WhatsApp do comitê. Foi proposta a
106 elaboração de um planejamento anual para contratações, com o indicador de uma meta de
107 realizar um plano por ano. De forma similar, o planejamento de eventos visa controlar a
108 quantidade de atividades, garantir a disponibilidade da equipe e evitar conflitos de datas e
109 temáticas, utilizando também o indicador de um planejamento anual. Thais Nacif confirmou
110 a manutenção das atividades de pré-cobertura, que envolvem a divulgação antecipada,
111 produção de materiais como artes e cards, e mobilização do público. Os indicadores para essa
112 ação incluem número de inscritos, alcance, engajamento e confirmações de presença. A
113 cobertura em tempo real, com fotos e vídeos, também continuará sendo feita utilizando
114 indicadores de participação e interação do público. A equipe garantirá a continuidade do
115 relacionamento com a imprensa local e regional. O sucesso desta atividade será mensurado
116 pelo número de inserções na mídia e pela qualidade das menções obtidas. O site institucional
117 passará a ter uma atualização mensal de notícias, superando a frequência bimestral anterior.
118 As redes sociais continuarão com publicações regulares, sendo avaliadas pelo crescimento de
119 seguidores, taxa de engajamento e alcance. O clipping de mídia terá uma meta mínima de 15
120 inserções anuais de notícias do comitê. Thais Nacif estabeleceu a meta de produzir no mínimo

121 um vídeo institucional por mês. A manutenção do boletim informativo anual e do newsletter
122 mensal está garantida, com a previsão de 12 envios anuais contendo o retrospecto e a agenda
123 do mês. A revista institucional também manterá sua periodicidade de uma edição anual,
124 disponível nos formatos digital e físico. As comunicações diárias via WhatsApp e e-mail serão
125 mantidas conforme a demanda, com registro da quantidade de contatos realizados. A
126 produção de materiais gráficos seguirá as solicitações do comitê, enquanto a lista de contatos
127 (mailing) passará por uma atualização anual para assegurar a precisão das informações de
128 membros e parceiros. A meta para a avaliação das ações de comunicação é coletar opiniões
129 de forma mais frequente durante reuniões e eventos, utilizando indicadores de satisfação.
130 Quanto às ações de educação ambiental, o plano prevê o desenvolvimento de campanhas
131 junto às escolas, com foco na produção de registros como fotos, vídeos e relatórios para o ano
132 de 2027. Explicou que os eventos institucionais continuarão sendo realizados conforme a
133 necessidade do comitê. Foi introduzida a nova atividade "Você Sabia", que consiste na
134 publicação mensal de curiosidades sobre recursos hídricos, além de uma meta de realizar no
135 mínimo dois compartilhamentos mensais de conteúdos de outros comitês e órgãos gestores
136 para promover a integração. O acompanhamento das ações será realizado através do
137 monitoramento periódico dos indicadores, permitindo ajustes estratégicos conforme
138 necessário. Thais Nacif destacou o papel fundamental dos estagiários Pedro Flávio e Maria
139 Teresa, que atuam diretamente no apoio às atividades e produção de materiais na sede. João
140 Gomes Siqueira elogiou a excelência dos serviços prestados pela equipe de comunicação
141 (Monique, Thais e Amaro) e reforçou a eficiência do planejamento atual. O orador destacou o
142 sucesso de projetos passados e em desenvolvimento, como o podcast sobre os 17 anos do
143 comitê, o Atlas, as cartilhas e o monitoramento via drone, sugerindo que esses trabalhos
144 sejam apresentados de forma sistemática nas plenárias. Após a discussão e os elogios,
145 Zenilson Coutinho submeteu o plano de comunicação à votação, sendo este aprovado pela
146 plenária. **Item 6 – Assuntos gerais:** Zenilson Coutinho aproveitou o momento para celebrar o
147 Dia de Santo Ivo, padroeiro da advocacia, ressaltando a importância de valores como
148 integridade, justiça e compromisso com os mais vulneráveis na sociedade. João Gomes
149 Siqueira informou sobre a participação em grupos de trabalho de segurança hídrica e a
150 inclusão da região hidrográfica Foz e Campos como uma "Unidade Especial de Gestão" no
151 plano da bacia do Paraíba do Sul, devido à criticidade dos eventos qualitativos de perda
152 de água. João Gomes Siqueira anunciou que, a partir de maio, uma equipe da antiga
153 Eletrobras, atualmente Axia, virá a Campos para iniciar o projeto executivo de reconstrução
154 das oito comportas do Paraíba do Sul, um resultado prático de um projeto iniciado em 2016
155 com o GT Vazões. Zenilson Coutinho comentou sobre o intenso trabalho de modificação do
156 estatuto do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que exige reuniões frequentes. Thais
157 Nacif informou que a AGEVAP está montando a proposta do novo PAP, que passará pela
158 Câmara Técnica antes de ser apresentada em uma reunião extraordinária da plenária, prevista
159 para meados de junho. **Item 7 – Encerramento:** Reunião encerrada pelo Diretor Zenilson
160 Coutinho às 16h34. A presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto



161 (Agevap) e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário
162 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.